

MOURA, M. C. **O surdo: caminhos para uma nova identidade.**
Rio de Janeiro: Revinter/Fapesp, 2000.

Aline Moreira de Andrade
Aluna de graduação do curso de Geografia 2007

Mariéli Luccas
Aluna de graduação do curso de Geografia 2007

Denise Sponchiado
Ms. Denise Sponchiado. Professora do curso de Pedagogia

Este trabalho faz uma análise da obra da pesquisadora Maria Cecília de Moura, intitulada “O Surdo”. A autora, fonoaudióloga de formação, iniciou seus trabalhos com surdos ainda na década de 1970, dentro de um arcabouço metodológico pautado no oralismo, quando o surdo era visto como um deficiente auditivo, incapaz de adquirir linguagem e de se integrar efetivamente na sociedade ouvinte.

Em uma viagem aos Estados Unidos, a autora entrou em contato com uma nova metodologia de ensino, denominada Bilinguismo, na qual a linguagem oral não é fundamental para a inserção comunicativa do surdo. Ela tomou, então, conhecimento da Linguagem de Sinais, modificando, a partir de estudos e contato com grupos de Surdos, seu método de trabalho, que passou a compreender a necessidade de o surdo adquirir uma linguagem capaz de fazê-lo interagir com o mundo e construir sua identidade.

Baseada em uma análise psicossocial de uma entrevista realizada pela pesquisadora a um Surdo, a obra não revela apenas a trajetória de aprendizado e construção de identidade do protagonista – Ricardo - mas também traz à tona a história da pesquisadora. Essa história também é reveladora de uma construção de identidade: a identidade de uma nova maneira de compreender o surdo, percebendo-o como detentor de linguagem.

Ao construir sua identidade, Ricardo transforma as ideias pré-concebidas e mostra

que o fato de ser surdo não o torna mudo, deficiente ou alienado, e leva a refletir sobre a forma como o preconceito é reproduzido na sociedade. O livro nos leva a modificar padrões de pensamento, fazendo-nos perceber que os Surdos lutam pelo direito de expressar sua identidade.

Tendo como pressuposto que as pessoas externalizam os valores que a sociedade tem como verdadeiros, a autora aborda o tema dentro de uma perspectiva Histórica. Dessa forma, as realidades acerca da surdez são reveladas em cada período da história, o que faz com que o leitor tenha uma visão geral sobre a evolução da educação dos surdos, tanto no Brasil como no mundo.

A primeira parte do livro traz, de maneira clara e objetiva, um panorama histórico acerca da forma como os surdos eram vistos pelas sociedades do passado e, especificamente, como a educação era ministrada. Nas sociedades da Antiguidade, os surdos não eram vistos como portadores de direitos por não conseguirem exprimir suas vontades, acreditando-se serem, eles, incapazes de desenvolver pensamento pelo fato de não adquirirem linguagem. Na Idade Média, período marcado pelos valores teológicos, a Igreja afirmava que os surdos não possuíam alma por não falarem os sacramentos. A surdez era vista como um problema filosófico, social e religioso.

Foi somente na Idade Moderna que surgiram as primeiras preocupações com a

educação do surdo. Na Espanha, em um primeiro momento, surgiram alguns estudiosos que se dedicavam a ensinar a surdos, filhos da elite, a fim de instruí-los. Iniciou-se, nesse período, o esboço de um método baseado na utilização da Linguagem de Sinais, bem como as primeiras referências ao estudo da surdez e a importância de se educar o surdo na linguagem oral e de sinais desde cedo.

A Idade Contemporânea, por sua vez, tem inúmeros educadores que se dedicam a analisar e elaborar métodos de ensino aos surdos. Muitos desses métodos incluem experiências com pessoas surdas, a fim de erradicar a surdez, vista como fator de limitação à aquisição de conhecimentos. Alguns pesquisadores, como Jean Marc Gaspard Itard, fizeram experiências físicas com surdos, chegando a perfurar tímpanos e aplicar descargas elétricas nos ouvidos de surdos. Este e muitos outros pesquisadores e médicos da época passaram a ver a surdez não mais como um problema filosófico/social, mas, sim, como uma doença. Dessa forma, a doença deveria ser passível de cura, e a reabilitação, feita através do ensino da articulação e da restauração da audição. Muitos desses pensadores iniciavam suas carreiras, defendendo a oralização dos surdos, colocando a Linguagem de Sinais em segundo plano. Entretanto, muitos encerravam a carreira com opiniões modificadas, defendendo novos padrões de comunicação para os surdos, como Itard e Baron de Geráudo, por exemplo.

Nos primeiros séculos da Idade Contemporânea, alternaram-se, na Europa, duas visões acerca do método para ensinar aos surdos. Um deles, defendido na Alemanha, baseava-se na defesa da oralização e na refutação da Linguagem de Sinais. A autora atribui esse fato a fatores históricos e sociais, ligados à formação da nação alemã. O outro método foi defendido na França, em cujo território a Língua de Sinais adquiriu contornos educativos mais nítidos, influenciando deci-

sivamente a educação de surdos nos Estados Unidos e, mais tarde, no Brasil.

Nos Estados Unidos, ainda antes da Guerra de Secessão (1861/1865), floresceram alguns internatos focados na educação de surdos, baseados no ensino da Linguagem de Sinais francesa. Esses internatos, apesar de privarem o surdo do convívio social, permitiram a formação das primeiras comunidades de surdos, capazes de reivindicar os seus direitos. Posteriormente à Guerra de Secessão, houve pressão contrária ao uso da língua de sinais, por não existir uma versão em inglês.

Partiu-se, então, para a defesa de um método de ensino baseado em técnicas que visavam a oralizar o surdo. A autora destaca, em relação aos Estados Unidos, a utilização de quatro técnicas que se prestavam a essa função: oralismo puro; método multissensorial; método de linguagem por associação de elementos; método unissensorial. Todos objetivavam a integralização da criança, com prejuízo auditivo, no mundo ouvinte, sem levar em conta as possibilidades de aprendizado, o que os levou ao fracasso.

Isso, segundo a autora, ocorreu nas décadas de 1960/70. Ao mesmo tempo, estudos americanos comprovaram a validade da Linguagem de Sinais no processo comunicativo, com possibilidades de expressão nos níveis de abstração. Nesse período, ocorreram também descobertas no campo cognitivo, quando se inferiu que surdos e ouvintes tivessem a mesma distribuição da inteligência.

Delinearam-se, então, novos métodos de ensino, como o Bimodalismo e o Bilinguismo. A Comunicação Total ou Bimodalismo tem como método aproveitar e utilizar todos os recursos e estímulos possíveis com fins de desenvolvimento da linguagem por parte do surdo, sendo que a língua de sinais era utilizada como um suporte para a língua oral. Essa abordagem apresenta problemas, segundo a autora, no que tange à formação da

identidade do surdo, pois não leva em consideração que a aquisição da linguagem se dá pelo canal visual e não auditivo do mesmo, não sendo possível a ele desenvolver suas habilidades e capacidades para exercer seu papel na sociedade.

O Bilinguismo, por sua vez, possui uma abordagem focada no multiculturalismo, movimento, esse, de valorização dos direitos sociais e culturais das minorias, o que possibilitou a afirmação da cultura surda no mundo. Esse método defende a utilização de duas línguas na educação dos surdos, sendo a primeira delas a Língua de Sinais, visto que a aquisição da linguagem se dá no campo visual, e uma segunda língua, que poderia ser oral ou escrita. Esse método foi implantado na Suécia, em 1981, quando obteve bons resultados e disseminou-se no mundo a partir de então.

Na perspectiva levantada pela autora, o Bilinguismo se relaciona com o multiculturalismo, na medida em que o surdo tem sua particularidade comunicativa valorizada pela sociedade, sendo visto como um ser possuidor de identidade e de direitos sociais. Ela afirma, também, que o surdo constrói sua identidade no contato com seus iguais. Isso faz com que ele se perceba como sujeito. Daí a importância da existência de uma comunidade de surdos, pois, dentro do grupo, se está entre iguais, sendo que a surdez não é usada como instrumento de discriminação, mas, sim, de interação grupal.

Em termos de Brasil, a educação de surdos se iniciou ainda no século XIX, com o Instituto Nacional de Educação de Surdos, fundado em 1857 e administrado por um especialista em surdez. A metodologia utilizada no ensino, inicialmente, foi pautada na leitura sobre lábios, modificando-se em conformidade aos métodos europeus. Consolidou-se em nosso País a visão de que a surdez era uma doença que deveria ser ‘curada’. A fala foi valorizada

na mesma proporção em que a Língua de Sinais foi percebida como destruidora da linguagem.

Os métodos de ensino utilizados com os surdos podem ser percebidos na própria narrativa de Ricardo e na trajetória da pesquisadora. A oralização do surdo era defendida pelos profissionais, o que contribuiu para a consolidação de categorias de surdos: os que aprendiam a falar, por possuírem resquícios de audição e os que não conseguiam articular linguagem falada. Esse método de ensino não proporcionou o meio necessário para o surdo construir sua identidade e, sim, gerou um sentimento de incapacidade perante a sociedade ouvinte.

A própria legislação brasileira, segundo a autora, perpetua essa visão, ao considerar o surdo como incapaz, não levando em conta as mudanças no campo educacional e a aquisição do discernimento por parte do surdo, realizada através da Língua de Sinais. Uma modificação na legislação é apontada pela autora como necessária a fim de garantir uma inserção social real para o surdo.

O caso de Ricardo é ilustrativo: a ele foi negada, no momento oportuno, uma forma de comunicação que lhe permitisse construir sua realidade, exercer sua cidadania de forma a ser incluído, de fato, na sociedade. Na entrevista que a autora realizou com Ricardo, transcrita no capítulo três, o mesmo conta a sua história.

Nessa entrevista, na qual Ricardo se expressa através da Língua de Sinais, percebem-se os diferentes estágios pelos quais ele passou até atingir a vida adulta. E fica evidente o papel importante que teve a Língua de Sinais para a sua inserção na sociedade e para a construção de sua humanidade. Fica claro, através de sua fala, que ele iniciou um ‘tratamento’ fonoaudiológico pautado na oralidade e que, na escola, estimulava-se a sua expressão oral.

O contato com a Língua de Sinais, e com os demais grupos de surdos, veio posteriormente, quando ele, Ricardo, foi para São Paulo. Esse foi o ‘divisor de águas’ para ele, pois, a partir de então, ele despertou para o mundo e começou a construir-se como indivíduo capaz.

No capítulo quanto, a autora faz a análise da entrevista, buscando relacioná-la com o contexto tanto da vida de Ricardo como o contexto social. É nesse espaço que a autora verifica e expõe, de modo claro, o processo de metamorfose de Ricardo. A infância é revelada como nula, por não ter sido capaz de proporcionar a construção de sua identidade, por ele não ter sido visto como um membro atuante da família, mas, sim, como alguém que deveria ser cuidado. Houve falhas condicionadas por um contexto social, psicológico e familiar em que o exercício da igualdade não foi possível, exatamente por faltarem a Ricardo os meios para interagir comunicativamente com o mundo.

A construção de sua identidade somente ocorreu mais tarde, quando Ricardo entrou em contato com a escola e os grupos de surdos. Só então o estigma de incapaz se converteu em instrumento de inclusão dentro do grupo e da sociedade. Essa inclusão não ocorreu na família, na escola ou através dos profissionais que o atendiam, que lhe forneceram apenas o papel de ‘ não saber’, mas entre os grupos de surdos, que o fizeram ser visto como surdo como diferente dos demais e, por isso, com capacidades específicas de aprendizado.

A autora compara o desenvolvimento de Ricardo com uma metamorfose que faz surgir um sujeito explorador do mundo que o cerca. Ela mostra, no decorrer do texto, que é possível perceber, através da fala de Ricardo, a sua passagem de impossibilitado para o autorreconhecimento como particularmente igual, o que é essencial para a construção de sua identidade.

Após adquirir, através da Língua de Sinais, um veículo para comunicação com o mundo, Ricardo tornou-se uma pessoa popular. Na análise da autora, a aquisição de conhecimentos, por parte de Ricardo, tornou-o uma pessoa com um diferencial no grupo de surdos, capaz não apenas de aprender, mas de ensinar. Ela deixa transparecer que há certa relutância, por parte de Ricardo, em relação aos surdos do grupo, que ainda não dominam os sinais por completo, situação reveladora da desigualdade dentro de um grupo aparentemente igual.

A autora conclui a obra, destacando a importância temporal (passado, presente e futuro) nos caminhos que levaram à percepção do surdo como indivíduo portador de linguagem. Muito tempo foi preciso para que se desenvolvesse um método capaz de incluir os surdos na sociedade, que fosse respeitada a sua forma de adquirir linguagem, que é através do campo visual.

Para a autora, numa sociedade majoritariamente ouvinte, o surdo precisa ser ‘ensinado’ dentro de uma proposta educacional denominada Bilinguismo, pois esse método valoriza o ensino da Língua dos Sinais aos surdos, bem como o ensino da linguagem ouvinte, seja através da fala e / ou da escrita, a fim de proporcionar aos surdos a possibilidade de comunicação e desenvolvimento de sua identidade, tal como ocorreu, embora de forma bastante difícil, com Ricardo.

A obra de Maria Cecília, situada no campo da psicologia social e da educação de surdos, possui uma linguagem clara que prende o leitor ao texto. Ao mesmo tempo, aborda um assunto pouco estudado e pouco conhecido, sendo, esses fatores, motivadores para a sua leitura. É indicada a profissionais da Educação, psicólogos e, sobretudo, a profissionais que atuam na Educação de Surdos.